

Isabel Cabrita

De: Elsa Roncon Santos [Elsa.Santos@dgtf.pt]
Enviado: segunda-feira, 22 de Julho de 2013 17:00
Para: Comissão 17ª - CPISwaps XII
Assunto: Comissão de Inquérito do Parlamento
Anexos: Informação_operacionalização.pdf; elementos_IGF.pdf

Exmos Senhores

Junto Informação relativa à operacionalização do Despacho 896/2011 e elementos transmitidos à IGF em 28 de Dezembro.

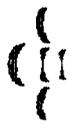
Com os meus cumprimentos.



www.dgtf.pt

Elsa Roncon Santos
Directora Geral

Tel: +351 218846248 Fax: +351 218846252



urgente

Informação Nº: 1029/2011
Data: 17-10

Para: Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças

PARECER

DESPACHO

À consideração superior
com o meu acordo

[Signature]
Elsa Roncon Santos
Directora-Geral

À consideração superior com
o meu acordo a respeito de
operacionalização do processo de
aprovação prévia pelo acionista
da contratação de IGRF pelas
EPNF, considerando a necessidade
de celeridade neste tipo de
processos.
17.10.2011

[Signature]
João Araújo
Director-Geral

Submete-se a aprovação superior,
em caso de concordância, a metodologia tendente à operacionalização
do processo de aprovação prévia
pelo acionista da contratação
do IGRF pelas empresas públicas
não financeiras, proposta na
presente TAF, que tem subjacente
o interesse de garantir a neces-
sária celeridade desse processo.

Assunto: Proposta de Operacionalização do Despacho 896/2011-SETF, de 9 de Junho

V/ Ref.: *[Signature]*
N/ Ref.: Informação DSPE nº 289/2011, de 4 de Outubro
7-10-2011
N/ Ent.: DGTF 11669, de 30 de Setembro de 2011
Fernanda Destins

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO E DAS FINANÇAS			
Ent.	6284	de	18/10/11
P.º:	048.073/11	e	048.197/11
DGTF	<input type="checkbox"/>	ANCP	<input type="checkbox"/>
PARP	<input type="checkbox"/>	IGCP	<input type="checkbox"/>
IGF	<input type="checkbox"/>	SPEAR	<input type="checkbox"/>
Dist.:	Dr. Vitor Lopes - 14 urgente A Chefe de Gabinete <i>[Signature]</i> (Maria Luísa Pacheco)		
Saida N.º	7780 - IGCP		
de	21/10/11		

Por rubricação de S. Ex.ª,
solicita-se parecer ao JGCP
19/10/2011

[Signature]
Maria Luísa Pacheco
Chefe de Gabinete de S. Ex.ª a
Secretária de Estado do Tesouro
e das Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO E DAS FINANÇAS	
Destino	DGTF
Saida nº	7780
de	21/10/11
pº	048.197/11

18/10/11 - 14.11.11. P.



I - OBJECTIVO

Apresentação de proposta de operacionalização da autorização prevista no n.º 1 do Despacho 896/2011-SETF, de 9 de Junho (Anexo I).

II - ENQUADRAMENTO

Em Junho de 2011, o Sr. SETF determinou, através do seu Despacho 896/2011-SETF, de 9 de Junho, que as empresas públicas não financeiras (EPNF) deveriam comunicar à DGTF os projectos de contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro (IGRF), previamente à sua celebração e que os mesmos estavam sujeitos a parecer prévio do IGCP.

Através desta orientação visava-se minimizar a contratação de IGRF com condições pouco vantajosas, ou de difícil avaliação, pelas empresas públicas.

Nos termos do n.º 2. do referido Despacho, foi recolhida informação junto das empresas públicas, tendo-se apurado, conforme divulgado no relatório do SEE 2011, que existiam 142 operações contratadas, com um valor nominal de M€ 15.143, sendo que o seu *market-to-market* ascendia a – M€ 1.614.

Na Tabela abaixo evidencia-se o peso do Valor de Mercado (MtM) dos IGRF contratados face ao Endividamento das empresas.

Tabela I – Endividamento da Empresa e Valor de Mercado dos IGRF

	Endividamento 2010	IGRF - MtM 2010	Milhares de euros %
ANA - Aeroportos de Portugal SA	496.285	-1.192	0%
REFER - Rede Ferroviária Nacional EP	6.025.884	-59.333	-1%
APA - Administração do Porto de Aveiro SA	24.330	-78	0%
APL - Administração do Porto de Lisboa SA	144.791	-3.180	-2%
EP - Estradas de Portugal SA	1.993.251	-10.581	-1%
Subtotal Infra-Estruturas	8.684.540	-74.364	-1%
Companhia Carris de Ferro de Lisboa SA	673.638	-82.927	-12%
CP-Caminhos de Ferro Portugueses EP	3.324.312	-163.471	-5%
Metro do Porto SA	2.340.395	-578.171	-25%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto SA	335.403	-36.287	-11%
TRANSTEJO-Transportes do Tejo SA	102.638	-3.456	-3%
TAP		-1.415	
Metropolitano de Lisboa EP	3.812.139	-417.762	-11%
Subtotal Transportes	10.588.525	-1.283.488	-12%
ADP	604.582	-4.012	-1%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	604.582	-4.012	-1%
Egref	360.000	-129.226	-36%
Subtotal Outros Sectores	360.000	-129.226	-36%
Parpública-Participações Públicas SGPS SA	4.853.663	-123.312	-3%
Parpública	4.853.663	-123.312	-3%
Total Geral	25.091.310	-1.614.403	-16%

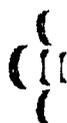


Tabela 2 – IGRF Contratados por Sector

Empresa	Nº Operações	Valor contratual	%
ANA	1	30.000	1%
Refer	16	3.400.000	95%
APA	1	12.000	0%
APL	1	21.500	1%
EP	1	125.000	3%
Subtotal Infra-Estruturas	20	3.588.500	24%
Carris	4	505.000	5%
CP	10	1.749.363	17%
Metro Porto	15	1.557.592	15%
STCP	2	50.000	0%
Transtejo	2	55.000	1%
TAP	1	41.761	8%
Metro Lisboa	76	6.391.278	62%
Subtotal Transportes	110	10.349.994	68%
ADP	6	295.000	100%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	6	295.000	2%
Egrep	1	360.000	100%
Subtotal Outros Sectores	1	360.000	2%
Parpública	5	550.000	4%
Total Geral	142	15.143.494	100%

A APDL, que recentemente contratou com o BEI um financiamento de M€ 70, vem agora solicitar orientações sobre os procedimentos a adoptar para desencadear o processo de contratação de IGRF (Anexo II).

III - APRECIACÃO

Considerando a volatilidade dos mercados financeiros, não se considera viável a pré-aprovação das condições financeiras negociadas, mas tão-somente de condições genéricas, tais como prazos, indexantes, upfront-payment, covenants e de um all-in-cost de referência.

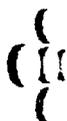
Tendo em mente que o que se pretende, não é proibir a contratação de IGRF, mas assegurar que as suas condições financeiras não são penalizadoras para o SEE e que a operação necessita do parecer prévio do IGCP, bem como de ser comunicada previamente à DGTF, o esquema a propor deve ter subjacente a intenção de minimizar a carga administrativa implícita e otimizar o tempo de decisão.

IV - PROPOSTA

Assim, propõe-se a seguinte tramitação para este tipo de pedido:

- (1) Formalização do pedido da empresa, por email, para a DGTF e, simultaneamente, para o IGCP;
- (2) O IGCP deverá emitir parecer em prazo idêntico ao que é utilizado no parecer prévio das garantias a conceder pelo Estado¹ e remetê-lo à DGTF, por email;
- (3) Os serviços da DGTF emitem parecer sobre a operação em causa tendo em atenção a situação financeira da empresa e o parecer do IGCP. Da comunicação à empresa do despacho proferido sobre essa operação é dado conhecimento ao IGCP;

¹ Apesar de a lei não definir formalmente um prazo de resposta para o IGCP, o procedimento habitual é que a mesma seja dada no prazo máximo de uma semana, consoante a urgência da operação.



- (5) Após a contratação, a empresa deve dar conhecimento das condições financeiras finais ao IGCP e à DGTF.

A autorização é dada operação a operação e não de forma genérica.

Em caso de concordância com o procedimento proposto, deverá ser ouvido o IGCP sobre este circuito.

Propõe-se, ainda, que seja delegada na Directora-Geral do Tesouro e Finanças a competência necessária para a autorização deste tipo de operações a realizar pelas empresas. Em caso de concordância, o despacho de delegação de competências deverá contemplar um ponto específico sobre esta matéria.

À consideração superior,

Lisboa, 3 de Outubro de 2011

Ana Luisa Gomes
Técnica superior

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º ⁸⁹⁶...../2011-SETF

Considerando os termos do meu Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de Janeiro de 2009, que definiu um conjunto de instruções a observar pelas Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) no âmbito da avaliação e mitigação do risco financeiro, tendo em vista a definição de critérios relativos à contratação de Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro (IGRF), ao reforço da transparência sobre os mesmos, e ao respectivo acompanhamento e controlo por parte da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

Considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adopção de tais instrumentos e obter informação actualizada sobre o cumprimento das referidas instruções por parte das EPNF, tendo em conta as condições de funcionamento dos mercados financeiros e, sobretudo, as suas perspectivas de evolução;

Considerando que a aferição em causa assume igualmente relevância no contexto dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica (*Memorandum of Understanding*) e no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (*Memorandum of Economic and Financial Policies*), que prevêem a inclusão, nos relatórios relativos ao Sector Empresarial do Estado (SEE), de uma análise detalhada de todas as responsabilidades (explícitas e implícitas) das empresas públicas;

Determino, ao abrigo do disposto nas alíneas *f* e *h*) do n.º 1.1. e no n.º 1.3. do Despacho n.º 383/2010, de 7 de Janeiro de 2010, o seguinte:

1. Devem as EPNF comunicar à DGTF os projectos de contratação de IGRF, incluindo a respectiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de Janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP);
2. Devem ainda as EPNF enviar à DGTF, até 30 de Junho, informação detalhada, incluindo análises de sensibilidade, designadamente à variação da taxa de juro, sobre os impactos a médio prazo, contabilísticos e de *cash-flows*, decorrentes das posições deidas nos contratos relativos a IGRF que se encontrem a produzir efeitos, acompanhada de proposta de decisão que se revele adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura;



S.  R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

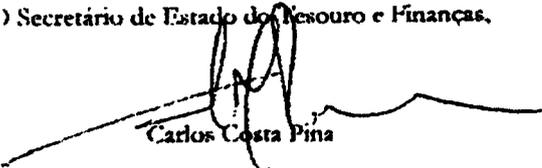
Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

3. É incumbida a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) de, em articulação com o IGCP e a DGTF, proceder à avaliação dos impactos e propostas de actuação referidos no ponto 2;
4. Para efeitos do disposto no ponto 3., é a DGTF mandatada para proceder à contratação junto da CGD dos serviços de consultoria financeira que se revelem necessários;
5. Nos casos em que a posição accionista nas EPNF não caiba à DGTF, deve a execução do presente despacho ser assegurada pelas entidades públicas dominantes ou sociedades gestoras de participações sociais, substituindo-se assim às entidades dominadas na relação com a DGTF.

Ao Senhor DGTF, para execução do presente despacho. Conhecimento a S. Exa. o MEF.

Lisboa, 9 de Junho de 2011

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças,


Carlos Costa Pina

1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Centro Hospitalar do Porto, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Centro Hospitalar do Tamega e Sousa, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Centro Hospitalar Póvoas de Varzim, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Curry Cabral, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital do Faro, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Magalhães de Lema, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital de São João, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital D. António F. Gomes, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Distrital de Santarém, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Espírito Santo de Évora, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital do Litoral Alentejano, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Garcia de Orta, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Infante D. Pedro, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Santa Maria Maior, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital Santo André, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Hospital São Teotónio, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	IPO - Coimbra, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	IPO - Lisboa, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	IPO - Porto, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1. Empresas Públicas não Financeiras	1.5. Saúde	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1.6. Serviços de Utilidade Pública	AdP - Águas de Portugal, SA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1.6. Serviços de Utilidade Pública	CTT - Correios de Portugal, SA	V	V	V	V
1.7. Transportes	1.7. Transportes	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	V	V	V	V
1.7. Transportes	1.7. Transportes	CP - Comboio de Portugal, EPE	V	V	V	V
1.7. Transportes	1.7. Transportes	Metro Mondego, SA	F	F	F	F
1.7. Transportes	1.7. Transportes	Metro do Porto, S.A.	V	V	V	V
1.7. Transportes	1.7. Transportes	Metro-Metropolitano de Lisboa, EP	V	V	V	V
1.7. Transportes	1.7. Transportes	Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	V	V	V	V
1.7. Transportes	1.7. Transportes	TRANSTEJO-Transportes do Tejo, SA	V	V	V	V
1.8. Paripública	1.8. Paripública	Paripública-Participações Públicas, SGPS, S.A. - Luisa Completa	V	V	V	V
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	Agência Nacional de Compras Públicas, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	EGREP - Entid. Gest. Reservas Estrateg. Prod. Petrolif. EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA	V	F	V	V
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	Empordel - Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	V	V	V	V
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	FRME	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	GerRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Admin. Pública, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	INOVA Capital, SA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
1.9. Outros Sectores	1.9. Outros Sectores	Parque Escolar, EPE	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

1. Empresas Públicas não Financeiras	1.9. Outros Sectores	SIEV - Sistema de Identificação electrónica de Veículos, SA			
1.1. Empresas Públicas não Financeiras	1.9. Outros Sectores	cmvnc - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde - I.P.R.	N/A	N/A	N/A
2. Empresas Públicas Financeiras	2.1. Bancárias	Caixa Geral de Depósitos, SA	N/A	N/A	N/A
2.1. Empresas Públicas Financeiras	2.2. Parafinanceiras	SOFID - Soc. p/ Financiamento Desenvol. F. de Crédito, SA	N/A	N/A	N/A
2.2. Empresas Públicas Financeiras	2.2. Parafinanceiras	CPPI - Investimentos, SA	N/A	N/A	N/A

1.1. Comunicação Social	1	1	2	0	2	2	100%
1.2. Cultura			1	2	3	3	100%
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias		1	1	1	2	2	50%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	2	3	5	0	5	5	100%
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias			0	1	1	0	0%
1.4. Requalificação Urbana	7	1	8	1	9	9	89%
1.5. Saúde	28		28	14	42	42	100%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1		1	1	2	2	50%
1.7. Transportes	1	6	7	0	7	7	100%
1.8. Parpública		1	1	0	1	1	100%
1.9. Outros Sectores	7	1	8	5	13	13	62%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	3	2	5	0	5	5	100%
1.3.5. Outras Infraestruturas	2		2	0	2	2	100%
Total Geral	3	50	69	25	94	94	73%

Observações:

Sectores da Cultura e da Saúde não estão autorizados a contrair dívida pelo que a taxa de resposta ajustada é muito superior

Un. Euros

Empresa	Valor Notional	MtM 31/12/2009	MtM 31/12/2010	MtM 30/06/2011	MtM 30/09/2011	Varição MktM 11
APL	21.500.000	-3.325.667	-3.180.148	-2.755.083	-3.505.982	-180.315
Carris	505.000.000	87.498.556	-82.926.566	66.892.647	94.298.040	-6.799.484
CP	1.749.363.405	185.554.078	163.470.513	135.623.879	143.206.409	42.347.669
Metro Porto	1.557.591.593	-421.402.313	578.170.752	625.484.705	836.387.296	414.984.983
Refer	3.900.000.000	-72.556.979	59.332.973	49.880.638	47.598.490	24.958.489
STCP	50.000.000	-16.197.270	36.286.632	27.054.093	61.795.490	45.598.220
Transtêjo	82.500.000	2.776.689	3.456.436	3.257.470	3.647.926	-871.237
ANA	30.000.000	-611.897	-1.191.795	-800.960	-2.619.184	-2.007.287
Parpública	550.000.000	-6.108.954	-123.312.117	-98.767.487	9.800.000	15.908.954
EP	125.000.000	0	-10.581.166	-9.509.359	-11.636.871	-11.636.871
Metro Lisboa	6.391.277.772	-246.499.476	-417.761.765	-520.304.432	-756.708.901	-510.209.425
AdP	295.000.000	-2.389.985	-4.011.718	-7.468.246	-33.565.292	-31.175.307
TAP	41.761.306	-103.882	-1.415.202	-315.900	-1.437.964	-1.334.082
Egref	360.000.000		-129.226.472	-97.019.975	-156.677.877	-156.677.877
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	66.767.028		-2.850.521	-2.235.521	-1.798.389	-1.798.389
MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA	13.000.000		-804.920	-537.046	-582.000	-582.000
MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA	4.333.333		-268.307	-179.015	-194.000	-194.000
Total Geral	15.743.094.438	-1.045.025.747	-1.618.248.004	-1.648.086.457	-2.145.860.112	-1.100.834.365

Fonte: informação recolhida junto das empresas